



Nelson José Hübner, Blairo Maggi, Letícia Bartholo e Sérgio Bento, na CI

Carga tributária leva 45% do valor da conta de luz

Em audiência na Comissão de Infraestrutura, senadores manifestaram preocupação com a alta

incidência de tributo sobre o fornecimento de energia e apoiaram ideia de desonerar o setor. **7**



Wellington Dias (E), Paulo Paim e Ana Rita receberam manifestantes na CDH

Grito da Terra leva pauta de reivindicações aos senadores

Participantes da manifestação Grito da Terra, que reuniu em Brasília trabalhadores rurais de

todo o país, entregaram reivindicações ontem aos senadores da Comissão de Direitos Humanos. **7**

Emenda reduz poder de comissão que analisará MPs

Emenda de Walter Pinheiro a relatório de Aécio Neves pode inviabilizar acordo para votação em Plenário **4**

Mobilização para combater e punir abuso sexual contra crianças

Senadores se revezaram na tribuna para defender fim do problema que "envergonha o país". **8**

Plenário aprova criação de cadastro de bons pagadores

Proposta pretende valorizar os que pagam dívidas em dia, diminuir o risco dos empréstimos financeiros e, desse modo, contribuir para reduzir a taxa de juros cobrada pelos bancos



O relator Francisco Dornelles, entre Lúcia Vânia e Alvaro Dias: oposição criticou proposta por MP, mas elogiou iniciativa

O Senado aprovou ontem medida provisória que prevê a criação de banco de dados contendo informações sobre os bons pagadores. A formação do cadastro

positivo pretende valorizar aqueles que honram suas dívidas, reduzir os riscos na tomada de empréstimos e contribuir para diminuir a taxa de juros. **3**

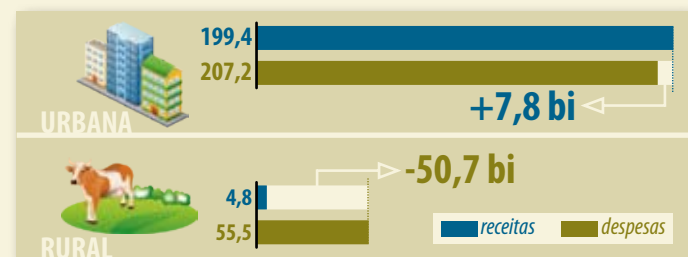
Aposentadorias do campo desequilibram cofres da Previdência **5**



Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, apresentou na CAS os dados sobre a seguridade social: sistema segue deficitário

Situações bastante diferentes

Como foram a arrecadação e os pagamentos da Previdência Social no ano passado (em R\$ bilhões)



Comissão de Reforma Política entrega a Sarney as 11 propostas de mudança **4**

Diretor da Secretaria de Comunicação Social diz, em seminário internacional em Santa Catarina, que função é exibir na íntegra e com objetividade o trabalho do Congresso

Encontro valoriza a mídia legislativa na democracia

A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA das TVs e Rádios Legislativas (Astral) iniciou ontem o 1º Seminário Internacional de Mídias Legislativas, em Florianópolis. O diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita, fez a primeira palestra, com o tema "Canais Legislativos como instrumentos da democracia".

A principal função do canal legislativo, de acordo com o jornalista, não deve ser a de concorrer com a mídia privada, mas complementá-la, exibindo na íntegra e com objetividade os trabalhos do Congresso, tratando os parlamentares de maneira igualitária.

– Assim, destacamos uma das principais características dessa

esfera de poder, que é a pluralidade – disse.

O jornalista apresentou a atual estrutura da secretaria, que conta com TV e rádio, além da assessoria de imprensa, site, e perfis nas mídias sociais. De acordo com Mesquita, em mais de 15 anos de existência da Secs, o trabalho legislativo se intensificou.

– Há o interesse do parlamentar em mostrar seu trabalho na medida em que sabe que pode ser visto. Não há nada que aconteça hoje no Senado que não seja coberto pela nossa estrutura de comunicação – ressalta.

Deturpação

Mesquita criticou o comporta-

mento da mídia tradicional, que muitas vezes deturpa o trabalho do Congresso e imprime uma visão caricata.

– Eles dão destaque a brigas e xingamentos e esquecem as diversas reuniões de comissões e as etapas por quais passam os projetos de lei antes de serem votados – lamentou o diretor.

Lucia Helena Vieira, presidente da Astral, destacou a importância do evento na troca de experiências e no debate sobre a convergência de mídias. Leticia Quesada, presidente da Comissão Bicameral do Canal do Congresso mexicano, destacou a importância da comunicação legislativa para a consolidação da democracia.



Solom Soares

Diretor da Secretaria de Comunicação do Senado, Fernando Cesar Mesquita: canal legislativo tem função de complementar a mídia privada, exibindo na íntegra os trabalhos do Congresso



Solom Soares

Painel debate a regulação dos canais legislativos

O primeiro painel do seminário organizado pela Astral teve como tema "Marco regulatório – legislação – estrutura organizacional". Leticia Salas Torres, diretora-geral do Canal do Congresso do México, expôs como a criação de uma comissão de três deputados e três senadores e de um conselho consultivo, com participação de cidadãos, ajudou a garantir a independência editorial do canal.

Javier Barrero, 1º secretário do

Congresso dos Deputados espanhol enfatizou a necessidade das mídias legislativas para reforçar a atuação do parlamento. Para ele, o "cidadão não pode depender exclusivamente da mediação dos canais privados para saber o que o parlamento faz".

Já o advogado especialista em regulação de TV Ericson Meister Scorsim destacou o princípio da complementação entre o público, estatal e privado, garantido pela Constituição brasileira. Se-

gundo ele, o marco regulatório da radiodifusão deve abranger tanto o mercado quanto o Estado e a sociedade. O advogado acredita que a principal missão da mídia legislativa é ter o caráter institucional em que a produção de conteúdo priorize as atividades do parlamento e de seus representantes, mesmo nas atrações de viés cultural. O painel foi mediado por Antônio Denardi, diretor de comunicação da Assembleia de São Paulo.

Mozarildo: sinal aberto da TV Senado em Roraima



Waldemir Barreto/Senado Federal

O senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) informou que, em poucos meses, o sinal aberto da TV Senado chegará a Roraima. O processo está sob análise do Ministério das Comunicações. Hoje, em Roraima, só é possível assistir aos discursos ao vivo e à programação do canal legislativo por meio de antena parabólica, explicou.

Mozarildo destacou a importância de levar ao cidadão o acesso ao que ocorre no Senado e lembrou que o presidente José Sarney pediu ao MEC a abertura de canais para todas as 27 capitais.

– É muito importante a aproximação através da TV Senado e da Rádio Senado, do parlamentar com o cidadão que o elegeu e a quem representa no Senado, notadamente os estados mais distantes, como Roraima e Amapá – disse.

Sarney recebe visita do presidente da Rede Vida

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem a visita do presidente da Rede Vida de Televisão, João Monteiro de Barros Filho. Ele estava acompanhado do padre Robson de Oliveira, reitor do Santuário Basílica do Divino Pai Eterno, localizado em Trindade (GO). A Basílica do Divino Pai Eterno transmite missas e novenas por meio da Rede Vida.

O padre presenteou Sarney com uma imagem do Divino Pai Eterno e o convidou para o lançamento da pedra fundamental da nova basílica, que vai ocorrer no próximo dia 2 de julho. Segundo João Monteiro, a obra será maior que a Basílica de Nossa Senhora Aparecida, localizada na cidade de Aparecida (SP).

João Monteiro ainda afirmou que vai voltar ao Senado já no dia 21 de junho, acompanhado de diretores da Rede Vida de Televisão, para participar, no Plenário, de homenagem aos 16 anos da emissora, conforme requerimento de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP).

Renan Calheiros lamenta morte de Eraldo Bulhões

O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) lamentou, em discurso, a morte do advogado Eraldo Bulhões, vítima de infarto, aos 75 anos. Natural de Santana do Ipanema, em Alagoas, Eraldo foi procurador-geral do estado, presidente da Associação Nacional dos Procuradores de Estado, da Associação dos Procuradores de Estado de Alagoas e ajudou a fundar a Defensoria Pública ala-



Moreira Mariz/Senado Federal

goana. Também foi professor de Direito na Universidade Federal de Alagoas, quando Renan teve "a honra de conhecê-lo", como destacou.

João Pedro elogia Semana Nacional de Museus

O senador João Pedro (PT-AM) apresentou voto de aplauso ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) pela realização da 9ª Semana Nacional de Museus, esta semana. De acordo com o parlamentar, serão 3.080 eventos em mais de 500 cidades

Ele lembrou ainda que ontem foi comemorado o Dia Internacional dos Museus.

– A semana reflete o crescimento e a diversidade do povo brasileiro. Museus de pequenas



Moreira Mariz/Senado Federal

comunidades ou de grandes metrópoles fazem parte desta semana, traduzindo a pluralidade de cultura, histórias e povos que habitaram e habitam o Brasil – destacou o senador.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h30 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Medida provisória ainda tranca a pauta

14h O Plenário delibera sobre medida provisória (MP 515/10) que tranca a pauta de votações.

Presidência Rainha da Suécia

11h José Sarney recebe a rainha da Suécia, Sílvia Sommerlath; às 11h30, a apresentadora Xuxa Meneghel; às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Recuperação de áreas degradadas

8h30 Comissão pode apreciar permissão para que o Fundo Nacional de Meio Ambiente financie projetos de recuperação de áreas degradadas.

CI Indicação de diretor da ANP

9h Comissão examina indicação de Helder Queiroz Pinto Junior para diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

CDH Cadastro de crianças desaparecidas

9h Na pauta da comissão, projeto que cria o Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes Desaparecidos.

CRE Acordos internacionais em discussão

10h Acordos internacionais de cooperação com Uzbequistão, Guatemala e Cingapura estão na pauta da comissão.

Idoso Eleição de presidente e vice

10h Primeira reunião da Subcomissão Permanente da Criança, do Adolescente, da Juventude e do Idoso, que integra a CDH, para eleição do presidente e do vice-presidente.

Deficiência Reivindicações dos deficientes auditivos

11h30 A Subcomissão das Pessoas com Deficiência vai discutir o direito e as demandas das pessoas com deficiência auditiva.

Tráfico CPI faz segunda audiência pública

14h A CPI que investiga o tráfico de pessoas promove audiência pública com representantes do Ministério Público e da Polícia Federal.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões
Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

Na opinião da maioria dos senadores, medida pode abrir caminho para reduzir os altos juros cobrados pelas instituições financeiras, que apontam a inadimplência como um fator de risco na concessão de crédito

Plenário aprova criação de cadastro positivo para diminuir custo de crédito

A MEDIDA QUE cria um cadastro de pessoas físicas e jurídicas em dia com seus compromissos financeiros foi aprovada ontem pelo Plenário. Acatada na forma do Projeto de Lei de Conversão 12/11, a MP 518/10 determina que a inclusão dos nomes depende de autorização expressa dos cadastrados.

O objetivo é subsidiar a concessão de crédito, a realização de venda a prazo ou de outras transações comerciais e empresariais que impliquem risco financeiro. O projeto, aprovado com o mesmo texto vindo da Câmara, segue para sanção presidencial. O relator no Senado foi Francisco Dornelles (PP-RJ).

Em dezembro, o então presidente Lula vetou projeto do ex-senador Rodolfo Tourinho que também propunha a criação do cadastro positivo (PLS 263/04). Lula disse ter acatado entendimento do Ministério da Justiça de que o texto contrariava o interesse público por trazer "conceitos que não parecem suficientemente claros". O cadastro foi, então, instituído por medida provisória.

Defesa

Respondendo a questionamentos da oposição, o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), explicou que o projeto de Tourinho era muito "genérico" e dependia de uma regulamentação por decreto presidencial. A MP editada pelo Executivo teria corrigido esses problemas.

– A proposta é urgente e relevante porque, ao começar a vigorar, vai ajudar a baixar a taxa de risco dos empréstimos, o *spread* bancário e o juro real cobrado do consumidor – disse.

Lindbergh Farias (PT-RJ) lembrou o alerta feito pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), à época do veto ao PLS 263/04, que apontava não existirem segurança e garantias para o consumidor. Quanto ao



Em debate com oposição, governistas alegam que projeto vetado "não oferecia ao consumidor a mesma segurança que a MP"

PLV aprovado ontem, Lindbergh e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) sugeriram que a Presidência da República vete o item que limita a uma vez a cada quatro meses o acesso gratuito do cadastrado ao banco de dados.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) sugeriu veto também ao parágrafo que permite ao gestor dos dados manter no banco informações do cadastrado sobre obrigação creditícia em curso, ainda que haja pedido de cancelamento do cadastro. Marcelo Crivella (PRB-RJ) sugeriu que os bancos sejam convidados para justificar, após a implementação do cadastro positivo, as altas taxas de juros cobradas no cheque especial e no cartão de crédito.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) elogiou o ponto que exige autorização expressa do cliente para armazenamento, divulgação e até exclusão do nome no cadastro e que permite que ele possa corrigir informações imprecisas. Para Walter Pinheiro (PT-BA), o cadastro representa a estrutura pública a serviço do cidadão.

Oposição critica envio de MP e veto a projeto de ex-senador

A maioria dos senadores se posicionou favoravelmente à criação do cadastro positivo. A opinião dominante é de que a medida pode abrir caminho para reduzir os elevados juros cobrados pelas instituições financeiras, que apontam a inadimplência como um fator de risco para conceder crédito a custo mais baixo.

Apesar dessa avaliação, a oposição questionou a apresentação como medida provisória de um texto muito semelhante ao PLS 263/04, do então senador Rodolfo Tourinho. O senador Demóstenes Torres (DEM-GO) lembrou o veto integral de Lula. José Agripino (DEM-RN) chegou a creditar o veto ao fato de a matéria ser de um parlamentar de seu partido. Apesar de salientar ser positiva a definição do bom credor, que

será beneficiado com taxas menores e todas as garantias dadas pelo novo cadastro, o senador chamou de "brincadeira do Palácio do Planalto" com o Congresso criá-lo por MP.

Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou pontos do texto, como o fato de a formação do histórico do consumidor levar em consideração informações de até 15 anos, o que feriria o princípio da razoabilidade e prejudicaria as pessoas que passaram por algum momento difícil. Ele sugeriu que o cadastro só levasse em conta os últimos 10 anos.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que votou contra todo o projeto, disse que a criação do cadastro positivo será interpretada como mais um limite à oposição do crédito e para os mais pobres será um cadastro negativo.

Armando pede mais eficiência na gestão pública



Armando Monteiro

Armando Monteiro (PTB-PE) felicitou a presidente Dilma Rousseff pela instalação, em 11 de maio, da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade, para ele, "instrumento fundamental para a modernização da gestão pública no Brasil". Armando Monteiro assinalou que a nova entidade, presidida pelo empresário Jorge Gerdau Johannpeter, contará com a participação de "ícones do setor privado" com grande experiência na área de gestão.

Marta Suplicy diz que Dilma aperfeiçoa o PAC



Marta Suplicy

Marta Suplicy (PT-SP) citou vários dados governamentais para elogiar as políticas de geração de emprego e renda do governo Lula, que estão tendo continuidade no governo Dilma Rousseff e, segundo ela, propiciam o crescimento "irreversível" do país.

De acordo com a senadora, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 foi reavaliado e os recursos, redirecionados para "investimento pesado" em infraestrutura.

Davim repudia proibição a boicote médico

Paulo Davim (PV-RN) leu manifesto do Conselho Federal de Medicina (CFM) em que a entidade repudia decisão recente da Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça que impede os médicos de boicotarem as operadoras de saúde. De acordo com o manifesto, a norma baixada pela SDE desrespeita a Constituição e impede os médicos de se manifestarem publicamente em defesa de seus direitos.

No manifesto, o Conselho Federal de Medicina sustenta que a decisão abre um precedente sombrio e gera um alerta para a sociedade, uma vez que, no futuro, outras categorias profissionais poderão ser impedidas de lutar por seus direitos.

Impacto do câmbio no MS preocupa Waldemir Moka



Waldemir Moka

Waldemir Moka (PMDB-MS) anunciou a realização, hoje, de congresso em Ponta Porã, organizado pela Federação do Comércio de Mato Grosso do Sul, para debater a questão cambial. Segundo ele, a desvalorização do dólar frente ao real faz com que o comércio de Mato Grosso do Sul tenha que concorrer com preços "desleais", pois o estado faz fronteira com o Paraguai e a Bolívia, e o brasileiro precisa apenas atravessar a rua para comprar.

Ratificados os nomes de três embaixadores

Os senadores aprovaram ontem as mensagens presidenciais de indicação dos novos embaixadores no Cazaquistão, em Gana e na Geórgia. Para o Cazaquistão, país da Ásia, o Plenário confirmou o nome de Oswaldo Biato Júnior. Já a diplomata Irene Vida Gala será a representante brasileira em Gana, na África. E para chefiar a embaixada em Tbilisi, na Geórgia, os senadores aprovaram o embaixador Carlos Alberto Lopes Asfora.

Vera Zaverucha é aprovada para dirigir a Ancine

O Plenário aprovou ontem a indicação de Vera Zaverucha para diretora da Agência Nacional de Cinema (Ancine) por 45 votos a favor, 10 contra e nenhuma abstenção. Na terça-feira, ela foi sabatinada na Comissão de Educação (CE), onde teve aprovação unânime.

– Vera conhece as necessidades culturais brasileiras por dentro do movimento social organizado, do poder público e no setor privado – disse Inácio Arruda (PCdoB-CE), que relatou a indicação na CE.

Sarney adia para hoje a discussão de outra MP

O presidente José Sarney decidiu adiar para hoje a votação da MP 515/10, que trata de crédito suplementar de R\$ 26,6 bilhões a diversos órgãos do governo. O pedido foi feito pelo líder do DEM, senador Demóstenes Torres (DEM-GO), sob o argumento de que os senadores ainda não tinham recebido o parecer do relator da proposta, senador Jorge Viana (PT-AC). A MP 515/10 tranca a pauta do Plenário.

Humberto: acordo sobre projeto que pune homofobia

Humberto Costa (PT-PE) defendeu a necessidade de se produzir um texto de consenso para o projeto da Câmara (PLC 122/06) que criminaliza a homofobia.

O projeto, que tramita na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e tem como relatora Marta Suplicy (PT-SP), foi retirado de pauta para se buscar um acordo. O senador considera fundamental que a iniciativa assegure tanto a punição à homofobia quanto o respeito à liberdade de expressão e de crença.



Humberto Costa



Sarney, ao lado de Dornelles (E) e Eunício, elogia o esforço dos senadores que participaram da comissão e prevê que projetos poderão ser votados ainda neste semestre: "Vamos quebrar o tabu de que não se faz reforma política no país"

Sarney recebe as 11 propostas da reforma política

Os 11 projetos de lei e propostas de emenda à Constituição aprovados pela Comissão de Reforma Política foram entregues ontem por Francisco Dornelles (PP-RJ) e outros senadores ao presidente do Senado, José Sarney. As propostas deverão ser lidas ontem em Plenário para iniciar sua tramitação pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O conjunto de sugestões – sete PECs e quatro projetos de lei – inclui, entre outros assuntos, o fim das coligações partidárias, o financiamento público de campanha e a mudança do sistema eleitoral para proporcional com lista fechada nas disputas do Legislativo.

– Nossa missão foi cumprida dentro do prazo. Pesquisamos mais de cem projetos em tramitação no Senado e conseguimos aprovar 11 propostas para todos os temas – afirmou Dornelles.

Ao receber as versões finais dos anteprojetos, Sarney elogiou a maneira como o presidente da comissão, Francisco Dornelles, conduziu os trabalhos e agradeceu aos outros integrantes pelo esforço para apresentação das decisões no prazo estabelecido.

– Em menos de 90 dias, conseguimos concluir a votação de assuntos tão complexos – afirmou Sarney.

Fim do tabu

Apesar de apresentar pontos não consensuais, a expectativa, segundo Sarney, é votar todas as propostas antes do segundo semestre deste ano, para que as mudanças tenham efeito já nas eleições municipais de 2012.

– Vamos quebrar esse tabu de que não se faz a reforma política no Brasil – disse Sarney.

O presidente da CCJ, senador Eunício Oliveira (PMDB-CE), apresentou um cronograma indicando que o exame das matérias na comissão começa já na semana que vem. Ele garantiu que o colegiado votará todos os projetos até 6 de julho.

Pinheiro quer reduzir poder de nova comissão mista para MPs

Senador anuncia a apresentação de emenda para que, pelo novo rito, a admissibilidade das medidas provisórias seja decidida apenas pelo Plenário, e não pela comissão mista

O ACORDO CONSEGUIDO na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para aprovação da PEC das MPs (PEC



Com a iniciativa de Pinheiro, acordo na CCJ poderá não se repetir em Plenário

11/11) poderá não se repetir em Plenário. O senador Walter Pinheiro (PT-BA) anunciou ontem que apresentará emenda à proposta, com a intenção de retirar da comissão mista especial o poder de decidir sobre a constitucionalidade das MPs, ao contrário do que prevê o substitutivo de Aécio Neves (PSDB-MG) à PEC de José Sarney (PMDB-AP).

Pelo substitutivo, as MPs devem ser avaliadas por uma comissão de 12 senadores e 12 deputados, com a palavra final sobre sua admissibilidade. Caso a comissão considere a MP inconstitucional, ela será

automaticamente arquivada.

Pinheiro questiona a força que a nova comissão terá e defende que a admissibilidade da MP seja decidida em Plenário.

– Ela não pode ter mais força do que os dois Plenários, da Câmara e do Senado – criticou.

Para aprovar sua emenda, o senador tem conversado com os colegas da bancada governista. A missão de convencimento ganhou mais tempo na sessão de ontem, com o adiamento da votação da MP 515/10. Como essa medida provisória tranca a pauta de votações, a apreciação da PEC 11/11 foi adiada para a próxima semana.

Aécio denuncia tentativa de desrespeitar acordo de líderes

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) cobrou na CCJ ontem a confirmação do acordo de líderes para a votação do substitutivo aprovado pela própria comissão sobre a PEC 11/11. A previsão era de que a matéria poderia ser votada em Plenário ontem, após dispensas de prazos entre os dois turnos e entre as sessões de discussão. No entanto, Aécio disse que há articulações para modificações do texto em Plenário,

tendo como consequência o retorno da PEC à CCJ para novo debate.

– Ninguém é obrigado a fazer acordo, mas, se o entendimento foi firmado, deve ser honrado – cobrou.

Aécio destacou que os acordos de líderes são revestidos de grande valor na vida parlamentar. Na sua avaliação, modificar o texto da PEC das MPs significará o “rompimento



Para Aécio Neves, se o entendimento foi firmado, deve ser honrado

de um compromisso formado e da palavra dada”.

CCT APRESENTA NOVAS REGRAS PARA APROVAR CONCESSÕES DE RÁDIO E TV

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) terá novas regras para analisar concessões de emissoras de rádio e TV, como a exigência de comprovação de capacidade financeira de quem estiver solicitando a concessão. Outra mudança, que ainda depende de ato, é a proibição de que os senadores relatem projetos sobre seus estados. O ato do presidente da CCT, Eduardo Braga (PMDB-AM), deve ser votado no dia 25, quando Pedro Taques (PDT-MT) deve apresentar seu relatório.

VOTAÇÃO DE REGRAS SOBRE PUBLICAÇÃO DE LEIS FICA PARA A PRÓXIMA SEMANA

A CCJ adiou para a próxima quarta-feira a votação do PLS 162/10, de Pedro Simon (PMDB-RS), que torna mais claras as regras sobre a publicação e a vigência de leis.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) questionou o uso, no texto do substitutivo, da expressão “leis de pequena repercussão”, lembrando que ela pode gerar grandes repercussões judiciais, dada sua subjetividade.

APROVADA DELIMITAÇÃO DE PLEBISCITO SOBRE CRIAÇÃO DE NOVOS ESTADOS

Apenas a população dos estados envolvidos deverá ser consultada sobre o processo de criação de novos entes federativos, prevê a PEC 72/07, de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A intenção da medida, segundo o relator, Demóstenes Torres (DEM-GO), em voto favorável à proposta, é eliminar qualquer dúvida sobre os brasileiros que devem necessariamente ser ouvidos em um plebiscito do gênero.

CCJ APROVA ORIENTAÇÃO PARA CRIAÇÃO DE NOVAS DATAS COMEMORATIVAS

Foi aprovada pela CCJ ontem uma orientação mais precisa sobre a tramitação de projetos relativos à criação de datas comemorativas. As diretrizes foram reunidas em parecer do senador Demóstenes Torres (DEM-GO), após consulta feita pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) sobre o assunto.

Entre as recomendações, Demóstenes realçou a necessidade de as datas propostas terem alta significação para o conjunto da sociedade.

Requião aponta conflito moral no caso Palocci

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) criticou ontem o ministro da Casa Civil, Antonio Palocci, por justificar o crescimento de seu patrimônio nos últimos anos com o argumento de “não ter sido o único ex-ministro a enriquecer”.

– É exatamente aí que está o problema. O que para ele é normal, porque todo mundo faz, é a grande complicação. Há um inevitável conflito moral e ético. Está errado tê-lo feito, e está errado continuar a fazê-lo – opinou o senador.

Requião condenou o fato de cidadãos ocuparem cargos estratégicos no governo, com acesso a informações privilegiadas sobre “tudo e todos”, e depois passarem para “o outro lado do balcão” e ganharem dinheiro com esses dados.

O senador afirmou que Palocci tem o dever de prestar contas à população.



Requião: Palocci tem o dever de prestar contas à sociedade

Sarney: Comissão de Ética Pública já resolveu

O presidente do Senado, José Sarney, defendeu ontem o ministro Antonio Palocci, afirmando que a Comissão de Ética Pública da Presidência já analisou o caso e não encontrou elementos para abrir uma investigação contra o titular da Casa Civil.

– Ele está sujeito à Comissão de Ética Pública, que já resolveu o assunto – assinalou Sarney.

Denúncia da *Folha de S.Paulo* de domingo, sobre o rápido crescimento do patrimônio de Palocci nos últimos quatro anos, levou a oposição a recorrer à Procuradoria-Geral da República, pedindo a apuração de possíveis atos de improbidade administrativa e de tráfico de influência.

Na avaliação de Sarney, a decisão do ministro de não atender a pedidos da oposição para prestar esclarecimentos sobre as atividades de consultoria que exerceu é uma “questão particular” de Palocci.

Sarney afirmou ainda que a passagem do ministro pelo Ministério da Fazenda, entre janeiro de 2003 e março de 2006, foi o que garantiu a ele uma “soma de experiências”, utilizada depois na iniciativa privada.

Em debate na CAS, ministro Garibaldi Alves Filho revela a senadores que benefícios no campo são mais de dez vezes maiores que as contribuições

Aposentadoria rural torna Previdência deficitária

O REGIME GERAL de Previdência Social (RGPS), que abrange os trabalhadores da iniciativa privada, seria superavitário se não tivesse de arcar com as aposentadorias rurais, admitiu ontem à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o ministro da Previdência, Garibaldi Alves Filho.

Os resultados do RGPS referentes ao ano passado, apresentados aos senadores, indicam um saldo positivo de R\$ 7,8 bilhões no balanço entre receitas e despesas da Previdência urbana. Os trabalhadores celetistas deixaram nos cofres da Previdência R\$ 207,2 bilhões e retiraram R\$ 199,4 bilhões em benefícios como aposentadorias, pensões e auxílios diversos.

Quanto aos trabalhadores rurais, a situação foi inversa no ano passado: as receitas somaram apenas R\$ 4,8 bilhões para bancar despesas com benefícios que chegaram a R\$ 55,5 bilhões. O prejuízo foi de R\$ 50,7 bilhões.

Com a Constituição de 1988, os trabalhadores do campo saíram de um sistema assistencialista, o Funrural, para um sistema com direitos equiparados aos trabalhadores urbanos, mesmo sem ter contribuído para a Previdência.

O senador Paulo Davim (PV-RN) perguntou sobre planos para expandir a arrecadação no campo, mas Garibaldi disse que não há muito o que fazer e que a contribuição da zona rural à Previdência é apenas simbólica.

Renúncias

Outra sangria na Previdência, exposta pelo ministro, é causada pelas renúncias de receitas, que atingiram R\$ 18,2 bilhões em 2010. Os beneficiários foram entidades filantrópicas, exportadores rurais, micro e pequenos empresários optantes pelo Simples Nacional e áreas de tecnologia da informação e comunicação.

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) sugeriu que os custos das isenções sejam lançados no Orçamento da União. Garibaldi chegou a indicar as áreas em que essas despesas seriam alocadas: saúde, educação e assistência social, no caso das entidades filantrópicas; agricultura, para a exportação da produção rural; desenvolvimento econômico, no caso da renúncia do Simples Nacional; e ciência e tecnologia, para a área de tecnologia da informação e comunicação.

Garibaldi fez um balanço dos regimes próprios de previdência, nos quais se incluem a União, os 26 estados, o Distrito Federal e 1.936 municípios. Na União, segundo o ministro, a conta foi deficitária em 2010: as contribuições de servidores civis e militares somaram R\$ 22,7 bilhões, contra despesas com benefícios de R\$ 73,9 bilhões. O resultado é um déficit de R\$ 51,2 bilhões.

Os estados e as capitais também apresentaram déficit, respectivamente, de R\$ 31,1 bilhões e R\$ 2 bilhões no ano passado. Excluídas as capitais, os demais municípios apresentaram, em seus regimes próprios de previdência social, superávit de R\$ 4,4 bilhões no ano passado.



Senadores Garibaldi Alves Filho e Jayme Campos, presidente da CAS, acompanham exposição do ministro da Previdência: setor público da União também foi deficitário

Garibaldi descarta reforma ampla e anuncia medidas pontuais

O ministro da Previdência Social descartou uma reforma ampla no setor, como as dos governos Fernando Henrique Cardoso (em 1998) e Luiz Inácio Lula da Silva (em 2003), mas anunciou um conjunto de "medidas pontuais".

Além de se empenhar pela aprovação da previdência complementar do servidor público (Projeto de Lei 1.992/07, em tramitação na Câmara dos Deputados), Garibaldi mencionou a busca de alternativa para o fator previdenciário.

Segundo o ministro, o mecanismo funciona mais para reduzir o valor do benefício do que para adiar a aposentadoria, como era o propósito da reforma de 1998.

Uma das medidas em estudo é a implantação progressiva de idade mínima para aposentadoria no RGPS. O trabalhador que já contribuiu para o RGPS teria um

prazo para fazer a opção entre o modelo atual e o novo. Os que ingressarem no mercado a partir das mudanças só poderiam se aposentar com 65 anos. Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou Garibaldi pelo esforço em articular uma alternativa.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu projeto de sua autoria (PLS 189/11) que reduz para 5% a contribuição do empregado e do empregador domésticos.

O assunto também preocupa Ângela Portela (PT-RR). Ao

destacar em Plenário pesquisa do Ipea, a senadora lamentou a pouca formalização do trabalho doméstico. Ela se comprometeu a fazer um levantamento para acelerar a tramitação das 78 propostas sobre o trabalho doméstico existentes no Congresso.



Vanessa Grazziotin, em audiência na CAS sobre a Previdência Social, defende redução da alíquota de contribuição em caso de emprego doméstico

Drogas impactam contas da Previdência, diz Ana Amélia

O número de licenças concedidas a dependentes químicos para tratamento de saúde, custeadas pelo INSS, aumentou 24,4% de 2007 a 2010. Os dados foram levantados pelo presidente da Sociedade Brasileira de Perícias Médicas, Jarbas Simas, e citados pela senadora Ana Amélia (PP-RS) ao pedir a atenção do governo ao assunto, na audiência com Garibaldi Alves Filho.

De acordo com o estudo, em 2007, um total de 27.517 viciados em álcool, maconha, cocaína, anfetamina e outras drogas licenciaram-se do trabalho por mais de 15 dias para tratamento de saúde. Em 2010, o total subiu para 36.436 pessoas.

O assunto foi levantado pela senadora depois que Garibaldi anunciou a decisão do ministério de participar ativamente de ações de redução de acidentes de trânsito, que oneram a Previdência Social em cerca de R\$ 4 bilhões ao ano.

Ana Amélia alerta governo para aumento das licenças médicas para dependentes químicos



Lúcia Vânia: pré-sal pode reduzir déficit

Para combater o déficit na Previdência, a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) sugeriu que os recursos com a exploração do pré-sal financiem os gastos com o benefício de prestação continuada (BPC), as aposentadorias rurais e as entidades filantrópicas.

– Teremos, aqui no Congresso, uma grande oportunidade de abordar isso quando discutirmos a constituição do fundo do pré-sal – afirmou a senadora.

Lúcia Vânia disse também que, "desonerando-se a Previdência desses custos", os aposentados poderão ser beneficiados com rendimentos "mais atrativos" que os atuais.

Já o senador Cícero Lucena (PSDB-PB) pediu uma solução para as dívidas das prefeituras com o INSS. Ele observou que muitos municípios do Nordeste não têm "capacidade mínima de investimento". E lembrou que essas dívidas dificultam a realização de convênios com as prefeituras.

Atrasados devem ser pagos em parcelas mensais

O INSS deve pagar em parcelas mensais a revisão de aposentadorias concedidas entre 1998 e 2003, determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em setembro do ano passado, revelou ontem o ministro Garibaldi Alves Filho.

Em resposta à senadora Ana Amélia (PP-RS), o ministro disse que a Previdência está em entendimento com o Ministério do Planejamento para tentar o restabelecimento de uma dotação prevista no Orçamento de 2011 para o pagamento, que foi incluída no corte de R\$ 50 bilhões anunciado em março.

Garibaldi disse que a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, está sensível à questão e que o parcelamento poderá viabilizar uma solução em curto prazo. A medida alcança 131 mil aposentadorias e pensões, com um aumento médio de R\$ 184,86.

Destino do lixo urbano preocupa Eduardo Braga



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eduardo Braga (PMDB-AM) anunciou o lançamento da edição de 2011 do *Panorama dos resíduos sólidos no Brasil*,

levantamento da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Sólidos (Abrelpe).

De acordo com Eduardo Braga, a pesquisa revela alguns dados preocupantes, como o fato de que 23 milhões de toneladas de lixo urbano no Brasil tiveram destinação inadequada em 2011.

Vacinas poderão ajudar a combater dependência



Moreira Moutz/Senado Federal

Já estão sendo realizadas pesquisas que podem levar à produção de vacinas capazes de aprimorar o tratamento de usuários de drogas, destacou Wellington Dias (PT-PI), elogiando audiência promovida por subcomissão do Senado sobre políticas sociais para os dependentes químicos.

O senador registrou ainda que, na segunda-feira, a Subcomissão Permanente do Desenvolvimento do Nordeste realizará debate em Maceió.

Jucá comemora pagamento a professores de RR

Romero Jucá (PMDB-RR) comemorou decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) favorável a professores de Roraima.

Segundo ele, o ministro Horácio Raymundo de Senna Pires autorizou o pagamento de R\$ 332 milhões em precatórios devidos à categoria.

Jucá disse esperar que o pagamento, aguardado há duas décadas, aconteça ainda este mês. Ele defendeu também um acordo para reduzir o prazo de tramitação de uma segunda ação, que beneficia outros professores e funcionários das escolas.



Senadora Marisa Serrano, entre os quatro convidados para o debate de ontem: avaliação do modelo a ser implantado

Governo: educação infantil é boa, mas faltam vagas

Em debate na Comissão de Educação, representante do MEC afirma que modelo adotado é avançado e déficit será atenuado com construção de 2.398 unidades

O BRASIL TEM um "modelo avançado" de educação infantil; o problema é a quantidade de vagas abertas, afirmou ontem a secretária de Educação Básica do Ministério da Educação, Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Até 2000, recordou a secretária, as crianças entre zero e três anos eram atendidas por uma política de assistência social – e não de educação. Desde então, começou o processo de transição destinado a incluir todas as crianças de zero a cinco anos na educação infantil, que se tornará obrigatória a partir de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional 59/09.

Maria do Pilar informou que

2.398 unidades de educação infantil estão em construção e reafirmou o compromisso do governo de celebrar convênios com os municípios para construir 1.500 unidades por ano até 2014.

O atual número de unidades em construção foi considerado insatisfatório pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), que presidiu a audiência.

– Com as 2 mil unidades em construção, não haverá sequer uma para cada município brasileiro. A gente vai precisar correr muito – disse Marisa.

Segundo cálculos apresentados pelo especialista em educação infantil Vital Didonet, assessor da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, apenas 10,8% dos atendidos

pelos unidades de educação infantil são de famílias com rendimento médio mensal de até 0,5 salário mínimo *per capita*. Em contrapartida, informou, 43,6% são de famílias com renda superior a três salários mínimos *per capita*.

O secretário da Criança do Distrito Federal, Dioclécio Campos Junior, disse que a educação infantil tem condições de "reduzir de forma significativa" os graves problemas enfrentados pelo país.

A senadora Ângela Portela (PT-RR), que propôs o debate, reconheceu os esforços do governo federal para ampliar a rede de creches, mas alertou para a necessidade de ajudar os municípios a oferecer um ensino de qualidade.

"Obras da Copa em MG estão dentro do prazo"

Os preparativos em Belo Horizonte para a Copa do Mundo estão dentro do cronograma. A afirmação foi feita ontem por gestores do governo de Minas Gerais e da prefeitura da capital, em audiência na Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

O secretário estadual para a Copa de 2014, Sérgio Barroso, mencionou entre as principais melhorias na infraestrutura da região de Belo Horizonte as reformas do estádio Mineirão e do aeroporto de Confins e a construção de corredores de tráfego na capital.

De acordo com o secretário,

o Mineirão terá capacidade para 64 mil torcedores e espaço para 3 mil jornalistas. A reforma custará R\$ 665,7 milhões, dos quais R\$ 11,7 milhões caberão ao governo do estado.

Em resposta ao presidente da subcomissão, senador Blairo Maggi (PR-MT), Sérgio Barroso disse que o financiamento para a obra do Mineirão, de R\$ 400 milhões, era de responsabilidade exclusiva do Consórcio Minas Arena.

O senador Aécio Neves (PSDB-MG), ex-governador do estado, afirmou que a sinergia entre governo e prefeitura é a grande vantagem dos mineiros nos preparativos para a Copa do Mundo.



Blairo Maggi (C) dirige audiência pública da Subcomissão de Acompanhamento da Copa

Convocação de empresários pela CCJ é adiada

Foi adiada ontem a tentativa do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) de votar na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) requerimento convocando os empreiteiros José Augusto Quintella Freire e Romênio Marcelino para explicar denúncias de corrupção publicadas pela revista *Veja*, com base em entrevista com os dois, em que o ex-ministro José Dirceu é citado por tráfico de influência.

TST dependerá de lei para estrutura de cargos e funções

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) deverá contar com autorização legislativa para regularizar alterações em sua estrutura de cargos e funções, que haviam sido efetuadas com base em ato administrativo. É o que prevê projeto do próprio tribunal, aprovado ontem pela CCJ e que agora será analisado pelo Plenário, para votação final.

Simon defende aprovação da PEC dos Recursos

Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu ontem a chamada "PEC dos Recursos", que visa desestimular a apresentação de recursos – muitas vezes com intenção protelatória – ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça.

Pimentel presta homenagem às defensorias

José Pimentel (PT-CE) destacou a comemoração, hoje, do Dia Nacional da Defensoria Pública. Ao prestar homenagem aos defensores públicos, o senador lembrou que o órgão foi criado no âmbito da União pela Constituição de 1988 e regulamentado em 1994.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Marta Suplicy • Mozarildo Cavalcanti • João Pedro • Wilson Santiago • João Pedro

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
CEP: 70.165-920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Grito da Terra apresenta pauta de reivindicações ao Legislativo

Participantes do 17º Grito da Terra Brasil, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), acompanharam ontem a reunião que elegeu Wellington Dias (PT-PI) para a presidência e Sérgio Petecão (PMN-AC) para a vice-presidência da Subcomissão Temporária de Erradicação da Miséria e Redução da Pobreza.

Eles entregaram a Wellington Dias e a Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) – à qual se vincula a subcomissão – as reivindicações do setor, reunidas no documento *Pauta do Campo*.

Wellington Dias prometeu encaminhar o documento aos presidentes do Senado, José Sarney, e da Câmara, Marco Maia, e às comissões onde tramitam projetos de interesse do setor rural. O senador lembrou que a erradicação da fome e da miséria no país depende, em grande parte, da atividade rural.

A presença de parlamentares comprometidos com o campo, disse João Pedro (PT-AM), é importante para dar prosseguimento às conquistas do setor agrícola. O senador pediu uma decisão sobre o Código Florestal e a reforma agrária.



Ana Rita, Paulo Paim e Wellington Dias exibem as reivindicações do movimento

Paim diz que garantia de renda é essencial para o agricultor

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu em Plenário o movimento Grito da Terra, que reúne trabalhadores rurais e sindicalistas até amanhã na Esplanada dos Ministérios. O movimento é liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que reúne 27 federações e 4 mil sindicatos.

Ele relatou o encontro que os manifestantes tiveram com a

presidente Dilma Rousseff.

– O presidente da Contag, Alberto Broch, enumerou alguns pontos da pauta. A presidenta ficou de estudar as reivindicações da agricultura familiar, dentre elas o combate à pobreza na área rural, as questões de gênero e a geração de emprego, renda e riqueza. Eles foram enfáticos quanto à garantia de renda, fundamental para fixar o agricultor no campo.

Inácio Arruda defende aliança do Congresso com a categoria

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) também saudou o Grito da Terra e disse que os trabalhadores precisam debater com o governo federal e com o Congresso Nacional a ampliação de políticas públicas voltadas ao pequeno produtor rural, responsável hoje por grande parte da produção de alimentos no Brasil.

– Apoiar as reivindicações da



Inácio Arruda

pauta apresentada por eles é uma necessidade do Congresso Nacional. É muito importante a nossa aliança, de senadores e deputados, aos trabalhadores rurais – argumentou o senador.

Inácio Arruda destacou ações que podem melhorar a produção desses trabalhadores nas áreas irrigadas atualmente no Nordeste.

Ana Amélia faz apelo por produtores gaúchos de arroz

A senadora Ana Amélia (PP-RS) disse ontem que 3 mil produtores gaúchos de arroz estão reunidos numa mobilização pacífica que fechou a Ponte Internacional da Amizade, que une Brasil e Argentina, para demonstrar aos governos estadual e federal o risco de descapitalização e endividamento que essa cultura está enfrentando. Segundo ela, o preço mínimo da saca de arroz é R\$ 25, mas

os produtores estão recebendo entre R\$ 17 e R\$ 19 por saca.

– Isso é inconcebível, no momento em que a política econômica do Banco Central e do ministro [da Fazenda] Guido Mantega é exatamente pela estabilidade dos preços, do abastecimento e pela garantia de um controle da inflação. Só que quem está pagando essa conta é o produtor rural – afirmou Ana Amélia.



Amaury Martins (MJ), Nelson Hübner (Aneel), senadora Lúcia Vânia e Leticia Bartholo (MDS): discussão sobre tarifa social

Carga tributária representa 45% do valor da conta de luz

Em audiência pública na CI, senadores manifestam preocupação com a alta carga de imposto sobre o fornecimento de energia elétrica e apoiam ideia de desonerar o setor

AO QUITAREM SUAS contas de energia elétrica, os consumidores brasileiros pagam, em média, 45% de impostos, afirmou ontem, em debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o pesquisador Sérgio Bento, da empresa de consultoria Pricewaterhouse Coopers. O objetivo da audiência pública foi discutir a Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) e a cumulatividade da tributação na conta.

– A desoneração tributária no setor elétrico construiria um sistema mais racional e socialmente justo – disse Sérgio Bento.

Já o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson José Hübner Moreira, explicou que, para ter

acesso a desconto na conta de luz, a família deve estar inscrita no Cadastro Único do governo federal, possuindo renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo. O desconto pode variar de 10% a 65%.

A diretora do Departamento de Cadastro Único da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Leticia Bartholo, disse que a lista é usada obrigatoriamente para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do governo federal voltados ao atendimento desse público. Ela informou que o cadastro tem mais de 20 milhões de famílias.

Já o representante do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Amaury Martins, disse que 10 milhões de brasileiros em situação socioeconômica vulnerável estão fora da lista.

Presidida por Lúcia Vânia (PSDB-GO), a audiência contou com a participação de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Ciro Nogueira (PP-PI), Walter Pinheiro (PT-BA), Ivo Cassol (PP-RO), Lindbergh Farias (PT-RJ), Blairo Maggi (PR-MT) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), entre outros. Todos demonstraram preocupação com a alta carga de tributos sobre a conta de luz e apoiaram ideia de desonerar o setor.

“Água pode gerar futuros conflitos internacionais”

A preocupação com os conflitos internacionais pela água foi abordada durante a audiência “Água: como conservá-la”, a primeira de uma série promovida pela Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20. A conferência Rio+20 será realizada no Brasil, em 2012.

Segundo Cristovam Buarque (PDT-DF), presidente da subcomissão, se o problema da escassez de água não for enfrentado mundialmente, “vamos conservar água no Brasil para ela ser roubada daqui a 20, 30, 50 anos”.

O diretor da Agência Nacional de Águas (ANA), Paulo Varela, afirmou que cerca de 97% da água do planeta está nos mares. O restante é de água doce, mas a maior parte dela está congelada nas calotas polares ou armazenada debaixo da terra.

– Da água doce disponível, nós

somos os maiores donatários. Cerca de 13% da água do mundo são gerados aqui – disse.

Para Francisco de Assis Souza, da Universidade Federal do Ceará, a Rio+20 precisa discutir a apropriação da água na escala do planeta. Segundo ele, é fundamental investir na gestão dos recursos hídricos. As transferências, disse, podem gerar distorções e a intensidade

muito grande de utilização em determinados países.

O diretor de Coordenação e Meio Ambiente da Itaipu Binacional, Nelton Miguel Friedrich, falou sobre a participação da sociedade no programa que estabelece uma rede de proteção dos recursos da Bacia Hidrográfica do Paraná 3.

A próxima audiência está marcada para 2 de junho.



Cristovam Buarque (2º à dir.) preside audiência sobre gestão dos recursos hídricos

Tarifa de celular reduzida para deficiente auditivo

O projeto que cria planos de celular específicos para que pessoas com deficiência auditiva ou de fala possam enviar mensagens de texto com custo menor (PLS 238/08) será debatido em audiência pública pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A realização da audiência pública foi aprovada ontem. O projeto, do ex-senador Flávio Arns, altera a Lei Geral de Telecomunicações (Lei 9.742/97) para garantir este direito ao usuário com deficiência auditiva ou de fala.

Comissão da Defesa Civil define cronograma

A Comissão Especial Interna Temporária para Alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil definiu ontem, em sua primeira reunião, um cronograma de trabalho que pretende, ao final, oferecer uma proposta de criação de uma Força Nacional de Defesa Civil, com atenção especial aos estados onde recentemente ocorreram tragédias de grandes proporções, como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro. O plano inclui audiências públicas e visitas a estados como Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pernambuco para conhecer problemas e soluções regionais.

Hora de reagir contra o abuso sexual de crianças

Já passou da hora de o país encontrar mecanismos mais eficazes para reprimir os abusos sexuais contra crianças e adolescentes e punir exemplarmente tais agressores. Essa foi a mensagem dominante dos discursos dos senadores, que da tribuna

registraram a passagem, ontem, do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes. O Disque 100, serviço de atendimento telefônico do governo federal, tem registrado mais de cem denúncias diárias. Dados apre-

sentados pelos senadores revelam que 92% das agressões são praticadas por alguém da família. A senadora Gleisi Hoffmann classificou a violência e o abuso sexual de crianças como fatos que "envergonham a sociedade brasileira".



Ana Rita: 1 milhão de crianças são vítimas de abuso no mundo a cada ano

Ana Rita cobra pacto nacional e ações permanentes

Ao defender um pacto nacional e ações permanentes para o combate ao abuso sexual contra crianças e adolescentes, Ana Rita (PT-ES) afirmou que esse tipo de crime constitui "uma chaga social que precisa ser tratada e debelada o quanto antes".

A senadora disse que a passagem do Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes deve servir de reflexão para mobilizar a sociedade a participar da luta contra esses crimes e a buscar soluções conjuntas para as situações vividas por milhares de meninos e meninas.

Dados do Unicef citados por Ana Rita indicam que 1 milhão de crianças são vítimas de violência sexual no mundo a cada ano.



Como vereadora, em Belém, Marinor conduziu CPI sobre abuso sexual

Marinor relata experiência de CPI em Belém

Marinor Brito (PSOL-PA) relatou sua experiência, como vereadora em Belém, à frente da primeira CPI realizada na região amazônica para investigar o abuso sexual contra menores. Ela lembrou que o Pará criou o Pró-Paz, sistema integrado para evitar a revitimização.

Ela também destacou o papel de subcomissão permanente, a ser criada hoje para o combate a esse tipo de crime.

– Gostaria muito de ver a subcomissão amanhã com a palavra de cada senador, levando contribuições de como o Senado pode ajudar o país no enfrentamento da violação de direitos sexuais da criança e do adolescente – disse.

Ela ainda agradeceu a Paulo Paim (PT-RS), que a indicou para presidir a nova subcomissão.

Lídice pede empenho para reverter "números inaceitáveis"

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) denunciou que, "a cada oito minutos, uma criança é vítima de abuso sexual no Brasil", salientando que, em 92% dos casos, o violador é um membro da família e que a maioria das vítimas é do sexo feminino.

Com base em pesquisa do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Lídice alertou que 2.818 municípios são apontados como tendo incidência ou vulnerabilidade à exploração sexual de crianças e adolescentes, para ela "números inaceitáveis".

A senadora mencionou a emergência, na década de 1990, de

denúncias de abuso e exploração no Brasil, especialmente no Nordeste. O fenômeno desencadeou um "movimento de mobilização social de âmbito nacional, exigindo estudo, análise e pesquisa sobre as denúncias". A senadora destacou a atuação do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, na Bahia, reconhecida por entidades internacionais.

Lídice elogiou o Estatuto da Criança e do Adolescente e notou que o Brasil é um dos poucos países em que a política de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes é coordenada por uma área de Direitos Humanos.



Lídice lembra que, em 92% dos casos, o agressor é um membro da família

Ivo Cassol defende castração química de agressores

Ivo Cassol (PP-RO) defendeu punição severa para aqueles que abusam de crianças e adolescentes. Segundo o parlamentar, a punição poderia incluir castração química ou até mesmo física. Assim, segundo Cassol, o criminoso poderia viver na sociedade respeitando as crianças e os adolescentes, sem reincidir no abuso.

– Não importa a classe social. Se cometeu abuso sexual, tem que pagar. Meu discurso é forte? Não é, não. Estou defendendo as crianças e as famílias – disse o senador.



Ivo Cassol: "Estou defendendo as crianças e as famílias do país"



Data deve incentivar denúncias e cobrar as punições, afirma Gleisi

Agressões são vergonha para o país, diz Gleisi

Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a violência e o abuso sexual contra crianças e adolescentes envergonham a sociedade. Ela lembrou que o 18 de maio foi escolhido em virtude do abuso e assassinato da menina Araceli, em 1973, em Vitória. Para a senadora, a data deve servir para que se divulgue a importância das denúncias e a punição dos agressores. Ela acredita que a violência contra crianças e adolescentes "é uma das piores e mais cruéis formas de desrespeito aos direitos humanos".



Ângela Portela ainda vê crianças vítimas de práticas aviltantes

Para Ângela, é tempo de "buscar formas de combater esse mal"

A senadora Ângela Portela (PT-RR) destacou que o 18 de maio lembra o sequestro da menina Araceli Cabrera Sanches, em 1973, no Espírito Santo. Aos 8 anos, ela foi sequestrada, violentada e assassinada, crime até hoje impune.

– É uma data para promover a reflexão e buscar mecanismos para combater esse mal – afirmou a senadora.

Segundo Ângela Portela, a luta para colocar fim ao abuso tem sido uma pauta permanente das parlamentares brasileiras e de diversos segmentos da sociedade. A senadora lembrou que a exploração e a violência contra

crianças estão associadas a outras práticas aviltantes, como o trabalho infantil e o tráfico de seres humanos.

– Temos avanços, como a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a disposição da rede pública em enfrentar o problema. Mas ainda há muito a ser feito – declarou.

A senadora lembrou a importância do Disque 100, que permite denúncias sobre violência infantil. O programa registra mais de cem denúncias diárias. Ângela Portela lamentou que em Boa Vista, capital de seu estado, sejam registrados cinco casos de abuso infantil por dia.

Geovani quer mobilização social contra os abusos

Geovani Borges (PMDB-AP) pediu uma mobilização geral da sociedade em defesa das crianças e adolescentes para combater o abuso sexual.

– Por toda parte, essas monstruosidades se perpetuam sem que o braço da lei e da Justiça consigam efetivamente chegar para punir ou, o que seria melhor realmente, para coibir – desabafou Geovani, que lembrou as 52 mil denúncias de violência sexual de menores no ano passado, segundo o serviço Disque 100 da Secretaria de Direitos Humanos do Ministério da Justiça.



Geovani: monstruosidades se perpetuam em todas as partes



Davim elogiou lei que permite infiltração de policiais pela internet

Davim celebra novo recurso para caçar pedófilos

Paulo Davim (PV-RN) comemorou a aprovação, na quinta-feira da semana passada, do PLS 100/10, que permite a infiltração de agentes policiais na internet para investigar crimes de pedofilia.

O projeto, de autoria da CPI da Pedofilia, ainda precisa ser aprovado pela Câmara.

– Não é a solução definitiva para o problema, mas é um importante passo para o pedófilo saber que os agentes estão monitorando suas ações e que os crimes não ficarão sem punição – disse Davim.

Vanessa Grazziotin: "Prática tira inocência e capacidade de sonhar"

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirmou que as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual estão sujeitas a dependência de drogas, gravidez precoce e indesejada, distúrbios comportamentais e doenças

sexualmente transmissíveis. – É uma prática inescrupulosa que lhes tira a inocência, a capacidade de sonhar e, muitas vezes, a liberdade e a própria vida, como no caso da menina Araceli – afirmou.

Vanessa Grazziotin assinalou que, em Manaus, várias atividades de combate ao abuso e exploração de menores integram uma programação que faz parte da Campanha Nacional de Combate à Vio-

lência e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes, desenvolvida pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Ela disse que a questão é prioridade no governo Dilma Rousseff.